

35° ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT25 - PARTIDOS E SISTEMAS PARTIDÁRIOS

COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS EM ELEIÇÕES PROPORCIONAIS MUNICIPAIS: FRAGMENTAÇÃO E SUCESSO DE CANDIDATOS COM BAIXA DENSIDADE ELEITORAL

CLÓVIS ALBERTO VIEIRA DE MELO

KELLY CRISTINA COSTA SOARES

Coligações Partidárias em Eleições Proporcionais Municipais: Fragmentação e Sucesso de Candidatos com Baixa Densidade Eleitoral

Clóvis Alberto Vieira de Melo¹

Kelly Cristina Costa Soares²

1. INTRODUÇÃO

Há um crescente debate sobre os desdobramentos das coligações partidárias em eleições proporcionais relacionado com os níveis de governabilidade e a qualidade da representação. O atual modelo institucional brasileiro possibilita que na arena legislativa se faça presente um maior número de partidos, tornado a representação fragmentada, que na prática aumenta os custos de transação da relação Executivo-Legislativo e as chances de veto. Além disto, as coligações têm viabilizado com que candidatos com baixa densidade eleitoral se tornem representantes, e em grande proporção, beneficiados, sobretudo pela regra de distribuição de cadeiras, ancorado no instituto do quociente partidário.

Este trabalho tem como objetivo discutir estes dois aspectos no âmbito das Câmaras de Vereadores no universo dos municípios brasileiros. A unidade analítica município foi utilizada para identificar os padrões de fragmentação, tomando-se como indicadores o Número Efetivo de Partidos (NEP), a taxa de fracionalização e o Número Nominal de Partidos. Já os efeitos das coligações eleitorais em eleições de candidatos com baixa densidade eleitoral tomaram-se como unidade de análise as candidaturas que concorreram aos pleitos eleitorais proporcionais nos anos de 2004 e 2008. Utilizaram-se como parâmetro os quocientes eleitorais de cada município. Foi calculada a distância das votações de todos os candidatos em relação aos referidos quocientes, possibilitando assim medir a densidade eleitoral de cada e classifica-los em faixas. Com isso foi possível verificar o grau de sucesso eleitoral entre os candidatos coligados e isolados,

¹ Doutor em Ciência Política e professor da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: clovis.melo@ufcg.edu.br

² Doutora em Ciência Política e professora da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: kelsoares@uol.com.br

buscando verificar se aqueles detentores de baixa densidade eleitoral estão em maior número os que participaram de coligações.

A base de dados teve como fonte o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), destacando-se às eleições municipais para vereadores nos períodos citados anteriormente. A coleta e o tratamento de dados tiveram abordagem quantitativa, o que permitiu produzir estatísticas descritivas e inferenciais, as quais subsidiaram a discussão.

Foi possível traçar um quadro geral das coligações partidárias em âmbito municipal no Brasil, levando em consideração o número de partidos, volume de candidaturas coligadas e respectivas densidade eleitoral, bem como a proporção de candidatos por partido e porte do município, dentre outros. Isto permitiu constatar que nos municípios onde existe coligação partidária, comparados com aqueles em que não existe, a fragmentação de fato é superior. Verificou-se que independente da densidade eleitoral, os candidatos coligados proporcionalmente apresentam sucesso eleitoral superior àqueles candidatos de partidos isolados.

2. OS EFEITOS DAS COLIGAÇÕES: DEBATE NA LITERATURA SOBRE ESTUDOS ELEITORAIS BRASILEIROS

Muitos estudos sobre o sistema eleitoral brasileiro apresentam as coligações como um dos principais problemas a ser contornado pela reforma política. Não obstante, a literatura sobre sistema partidário vem constituindo controvérsia acerca dos resultados das candidaturas por coligações. As principais questões que animam o debate dizem respeito à disposição à fragmentação partidária e ao baixo teor representativo das candidaturas coligadas, especialmente, em eleições proporcionais.

As análises comparadas na ciência política brasileira vêm apresentando o panorama democrático nos dois períodos de 45-64 e na Nova República a partir de 1985. O trabalho de Soares (1964) ganhou notoriedade por apresentar a discussão sobre resistência ideológica, analisando as coligações no período democrático de 45-64. Considerou que as clivagens sociais e econômicas tiveram impacto significativo no desenho institucional e no comportamento político no período. Assim constatou que, as diferenças de desenvolvimento das regiões do país afetavam o funcionamento e estratégias das organizações partidárias. Observou que nas regiões mais desenvolvidas,

um partido de classe estava pressionado a manter aliança, preservando essa representação. Em suas conclusões, entende que o eleitor urbano e de regiões mais desenvolvidas tendia a orientar seu voto ideologicamente. Daí, aplicava punição às alianças que não respeitavam os pressupostos ideológicos. Isto é, no período democrático de 45-64, nos grandes centros urbanos, as alianças que não tinham proximidades ideológicas não somente tornavam-se remotas, como também exerciam menor eficácia eleitoral.

Já a obra seminal de Lima Júnior (1983) sobre a democracia brasileira de 45-64, a evolução das alianças proporcionais apresentou variação nas diversas regiões do país. Embora as alianças passassem a ter efeito positivo nos resultados eleitorais em nível federal, constituíam a racionalidade política de contextos subnacionais específicos, pois os partidos firmavam acordos segundo as necessidades da dinâmica da competição local. O maior número de alianças durante o período democrático de 45-65 ocorreu nos estados do Nordeste e Centro-Oeste, enquanto nas outras regiões, as alianças apresentaram menor incidência.

Também, à luz das análises sobre a dinâmica da competição partidária na democracia brasileira de 45-64, o trabalho de Lavareda (1991), apresenta a relação entre o nível de desenvolvimento das unidades da federação e lógica da competição partidária. Considerou assim que, durante este período democrático, há alteração no quadro da competição partidária, isto é, na primeira década, quanto maior o estado, maior era a complexidade e competitividade partidária, maior era a quantidade de forças que entravam na concorrência eleitoral. Por outro lado, na segunda década do regime democrático, houve alteração do quadro de competição partidária em todas as unidades da federação, instaurando o pluralismo partidário. Tendo em vista os resultados das políticas desenvolvimentistas nas diferentes regiões e unidades da federação, dar-se a pluralização do jogo político eleitoral em toda federação, de modo que, o sistema político passou a ter lógica própria, longe das condicionantes do desenvolvimento econômico. Isto é, o desenvolvimento econômico propiciou o pluralismo do quadro partidário, num primeiro momento, mas o sistema político ganha autonomia e são as regras que passam a orquestrar e regular as eleições (LAVAREDA, 1991).

Por sua vez, as discussões sobre o cenário da competição partidária do Brasil na Nova República a partir de 1985, assumem outro viés analítico. Outro ponto marcante da discussão de Lima Júnior (1993) diz respeito à utilização do paradigma institucional

combinado aos estudos de comportamento. Deste modo, elabora uma explicação satisfatória para os fenômenos políticos em questão. A principal colocação é a de que o formato do sistema partidário brasileiro é resultado dos diversos aspectos da legislação eleitoral, sobretudo no que diz respeito ao princípio da representação política adotado: majoritária ou proporcional; entre outros, a estrutura da escolha e a magnitude da representação.

O eixo convincente para presumir essa reflexão é o de que o comportamento dos macros e micros atores, isto é, das organizações partidárias, do eleitorado e dos políticos, assume importância crucial, quer como fator independente com consequências previsíveis para o formato e para a evolução do sistema partidário, quer como fator condicionado por outras dimensões da institucionalidade política (Lima Júnior 1993, p. 33).

Esses fatores dão forma à argumentação de Lima Júnior sobre o sistema partidário brasileiro, tomando observações de eleições, especificamente na década de 80, período que significou um momento ímpar para a história político-partidária brasileira, uma vez que estavam se firmando mudanças, um tanto expressivas, na legislação eleitoral, advindas, especialmente, como consequência da experiência de redemocratização política que o país vivenciava.

O significado maior para essas mudanças no quadro político nacional é tomado, não só por Lima Júnior, mas também por outras análises que tratam dos aspectos relevantes da institucionalidade política. Então, as avaliações sobre os elementos de natureza ideológica constituem, principalmente, o ponto de partida que impulsionou a reforma partidária em 1979, e conduziu, assim, a momentos sucessores com um bloco de emendas constitucionais, significando entre outras: o retorno da normalidade democrática, estabelecendo eleições diretas para todos os cargos políticos, permitindo também à volta do sistema multipartidário em todos os estados federados.

Entretanto, a princípio, a vigência desse novo sistema multipartidário é ressaltada ou vista com cautela pelos estudos sobre comportamento político, que identificam especificidades na legislação eleitoral, as quais vêm favorecer, em certa medida, alguns segmentos políticos, pois, quando da formulação das regras, criam-se fortes mecanismos para penetrar na arena eleitoral e garantir sucesso do ator individual. Ou ainda, quando dão forma à liberdade dos atores para buscar possibilidades de formular estratégias

individuais. No caso, permitindo, de fato, a criação de um especial e distintivo fio condutor para democracia representativa brasileira.

Não obstante, diversas críticas vêm sendo elaboradas em torno do funcionamento dos arranjos institucionais e têm acrescentado, com muita eloquência, sérias reflexões sobre o desenho dos sistemas eleitoral e partidário. Essas questões ocasionaram válidas implicações para a discussão sobre a consolidação democrática, bem como, sobre os efeitos eficazes da representação política.

Entretanto, quando se refere ao sistema eleitoral, baseado no critério da proporcionalidade, Lima Júnior considera que o teor mais democrático deverá ser medido a partir do teor mais igualitário, isto é, outorgado aos eleitores, individual e coletivamente, e aos partidos. Vale dizer, um sistema representativo é mais democrático quanto mais igualitário poder sê-lo. Neste caso, deixa claro que o ideal da representação proporcional se satisfaz quando qualquer partido alcança uma proporção de cadeiras igual à de votos. Portanto, os indicadores empíricos da densidade democrática devem corresponder: à igualdade do voto no interior e através das unidades territoriais, onde a eleição é disputada e, ao grau de proporcionalidade resultante do processo de alocação de cadeiras aos partidos (LIMA JÚNIOR, 1993).

Na verdade, tratam-se dos efeitos políticos advindos da lei eleitoral que merecem devida atenção, ou seja, há preceitos que exercem influência incisiva no formato do sistema partidário. Preceitos esses que se referem mais precisamente, na abordagem de Lima Júnior, à relação entre a fórmula eleitoral e a magnitude da representação no distrito. Daí porque invoca o que afere teor democrático ao sistema de representação.

No caso dos estudos sobre coligações, há preocupação em relação às consequências da fragmentação partidária e a capacidade representativa das candidaturas em eleições proporcionais. No que tange ao sistema eleitoral brasileiro, a junção de dois ou mais partidos na disputa por cadeiras nos legislativos federal, estadual e municipal caracteriza as coligações em eleições proporcionais. Assim, para entender a lógica das coligações e suas consequências no sistema político brasileiro, o debate na literatura da ciência política brasileira vem conduzindo algumas linhas de análise: entende-se como alternativa para ampliar as chances eleitorais dos partidos baseada nas estratégias para redução de custos e maximização de ganhos eleitorais. Neste caso, uma candidatura coligada passa a ser mais vantajosa, quando amplia a chance de vitória sem estar em jogo à quantidade de votos. Por outro lado, uma candidatura isolada pode ser irracional porque

grande quantidade de votos pode não garantir o sucesso eleitoral. Isto quer dizer, numa eleição proporcional, uma coligação de dois os mais partidos pode levar um deles a ultrapassar a barreira do quociente eleitoral (CARREIRÃO & NASCIMENTO, 2010).

Certamente, somando, ainda, a esses feixes de características, a relação entre legislação eleitoral e fragmentação partidária, Nicolau (1996), observou que no período de 1988 – 1994 configuraram as seguintes condições: a troca de legenda no período foi responsável pelo aumento da fragmentação na Câmara dos Deputados; a permissão de coligações em eleições proporcionais favoreceu os pequenos partidos no âmbito distrital – embora variassem segundo os estados – contribuiu para o aumento da fragmentação no plano nacional.

Trata-se dos resultados das normas legais que tiveram efeitos negativos e abalaram o sistema político. Mas, que foram de imensa serventia à estratégia eleitoral das elites que puderam trocar livremente de legenda com o propósito de maximizar as oportunidades eleitorais, uma vez que se constituía o momento de incerteza. Assim sendo, as coligações em eleições proporcionais aconteceram para livrar os pequenos partidos do alto quociente eleitoral (NICOLAU, 1986, p. 80). Neste caso, as razões favoráveis à explicação do comportamento político equivalem à identificação do conteúdo estratégico da legislação eleitoral que condiciona o sistema partidário.

Ainda para explicar a lógica das candidaturas coligadas Machado e Miguel (2008) propuseram outro argumento: as coligações além de constituírem estratégias eleitorais, permitem aos partidos agregar afinidades entre membros de um campo político e o afastamento de outros. Desta forma, possibilita entendimentos entre grupos políticos para disputar um segundo turno, principalmente, para facilitar à aproximação de grupos que tenham acesso a máquina estatal.

Para entender a lógica das coligações à luz da racionalidade instrumental pode-se dizer que os partidos e candidatos avaliam o cenário de disputa e optam por alternativas que possam assegurar vantagens eleitorais. Com as coligações, partidos e candidatos reduzem os custos da disputa e ampliam as chances dos ganhos eleitorais, uma vez que, torna-se possível driblar as barreiras do quociente eleitoral. Essa é uma boa medida para ter influência e acesso à máquina governamental e participação nos núcleos decisórios após os pleitos (KRAUSE E GODOI, 2010). Todavia, as dúvidas sobre o sucesso eleitoral das candidaturas coligadas apontam fragilidades da capacidade representativa.

Daí toma-se a orientação do debate para firmar a discussão sobre as principais questões do sucesso eleitoral de candidaturas coligadas e sua capacidade representativa.

Já na visão de Braga (2006), o sistema eleitoral brasileiro ao condicionar o acesso à primeira cadeira à obtenção do quociente eleitoral, estimula a formação de coligações nas eleições proporcionais. Assim, o sistema passa a funcionar com cláusula de exclusão. Por sua vez, os partidos têm força eleitoral desigualmente distribuída no território nacional, e, quando não atingem o quociente eleitoral são beneficiados pelas coligações. Segundo a autora, necessita-se saber o quanto as coligações alimentam a fragmentação partidária no parlamento. Desta forma, o seu estudo demonstrou que acabar com o direito à coligação, mantendo a fórmula de distribuição de cadeiras adotadas pelas regras vigentes, prejudicaria expressivamente os pequenos partidos, o que levaria a esterilização de uma parcela considerável de votos. A alternativa seria a eliminação conjunta da cláusula de barreira, do quociente eleitoral, para adoção da regra das maiorias médias nas eleições proporcionais. Tal mudança permitiria uma distribuição de cadeira que representaria mais fielmente a vontade do eleitor, estando mais próxima do princípio proporcional. Assim, ao observar a desproporcionalidade entre votos e cadeiras, considera que a eliminação das coligações, sem um mecanismo compensatório, aumentaria a desproporcionalidade sistêmica produzida pela fórmula eleitoral (BRAGA, 2006, p. 234-235).

A discussão sobre o princípio representativo ao tomar a análise sobre coligação parlamentar e proporcionalidade, Braga (2006) considera que não há problemas em coligar-se, pois as coligações permitem resultados mais proporcionais. Todavia, deve-se atentar para ausência de uma distribuição proporcional das cadeiras dentro da coligação. Isto é:

como as cadeiras obtidas por um partido coligado dependerão do posicionamento de seus candidatos na lista, partidos com votações proporcionalmente maiores podem não conseguir representação e, mais grave, a parcela considerável de eleitores que não conseguiram eleger o representante de sua preferência vai contribuir para a eleição dos outros membros da lista (BRAGA, 2006, p. 236).

No que tange as conclusões de Braga quanto à agenda da reforma política no sistema brasileiro, a proibição das coligações alteraria muito pouco a configuração do sistema partidário na Câmara dos deputados. Neste caso, deve-se manter o recurso das coligações porque os partidos devem organizar estratégias de sobrevivência em cada um

dos níveis de disputa da federação. Segundo a autora, nesses complexos jogos de coordenação eleitoral, os partidos têm se beneficiado das coligações, pois garantiram a expansão da representação parlamentar pelo território nacional. Neste aspecto, as coligações contribuíram para gerar maior grau de nacionalização dos partidos dos maiores partidos.

As discussões sobre formas de mensuração da consistência ideológica das coligações têm tomado também as atenções dos pesquisadores dessa área. A ideologia do partido é entendida, dessa forma, como as ideias que orientam o programa de governo e através das quais se dão as divergências entre os partidos, no que se refere ao direcionamento das políticas públicas. Nesse sentido, Carreirão (2006) mensurou a consistência ideológica de uma coligação utilizando três critérios de combinação, os quais resultaram em: alta, média e baixa. Assim, uma coligação de alta consistência ideológica é caracterizada pela composição de dois ou mais partidos do mesmo espectro ideológico: direita-direita, centro-centro, esquerda-esquerda. Já a consistência ideológica média caracteriza-se pela composição dos espectros: direita-centro, esquerda-centro. Por sua vez, uma coligação de consistência ideológica baixa caracteriza-se pela composição dos extremos: direita-esquerda. Destarte, a classificação das coligações pode assumir as seguintes denominações: consistente, semiconsistente e inconsistente. As críticas à lógica coligacionista consideram a tendência dos partidos de formar coligação com combinação dos espectros ideológicos extremos como um dos principais problemas de identificação do eleitorado com os partidos

O debate em torno dos efeitos sobre as coligações sobre o sistema político brasileiro tem avançado com bases empíricas de candidaturas em eleições proporcionais, relativas aos cargos de deputado federal e deputado estadual. Ainda é nebuloso o quadro das coligações municipais para cargo de vereador. Neste sentido, o presente trabalho propõe suprir parte dessa lacuna dos estudos sobre coligações em eleições proporcionais nos municípios brasileiros. Para tanto, apresenta-se algumas das questões já produzidas sobre coligações municipais.

A análise de Peixoto (2010) apresentou os dados sobre competição e estratégias dos partidos nas eleições municipais de 2000 a 2008 e concluiu que uma série de fatores influencia as decisões partidárias. O fato observado no sistema multipartidário brasileiro foi a pulverização dos parceiros preferenciais das coligações nos pequenos municípios. Isto é, a ampliação das bases organizacionais dos partidos ao entrarem na competição de

um número cada vez maior de municípios, elevou o número de coligações inconsistentes ideologicamente. Por sua vez, tal resultado pode ser considerado porque ao penetrar nos pequenos municípios e enfrentarem novos mercados eleitorais, os partidos flexibilizam suas estratégias nacionais ou correm o risco de serem excluídos pelas barreiras impostas pelo quociente eleitoral (PEIXOTO, 2010, p. 297). Conforme a conclusão do autor, o sistema eleitoral brasileiro possui cláusulas de barreiras que proíbem os partidos que não alcançarem o quociente eleitoral de participarem da distribuição das sobras, por outro lado, permite que partidos unifiquem suas listas por meio do instituto das coligações eleitorais sem qualquer critério de distribuição de cadeiras entre os partidos (p. 298).

Tendo em vista ampliar o debate sobre os efeitos das coligações, o presente trabalho analisa as candidaturas em eleições proporcionais nos municípios brasileiros no período de 2004 a 2008. Buscou-se mensurar em que medida as coligações condicionam à fragmentação nas Câmaras Municipais, e de que modo, o desenho institucional vigente no Brasil, contribui para o sucesso de candidatos com baixa quantidade de votos. Desta forma, propõe-se diálogo com a literatura para contribuir com mecanismos explicativos sobre o funcionamento das instituições político-eleitorais brasileiras. O estudo teve pretensão de avançar a discussão, permitindo apresentar os principais problemas, como as distorções do atual sistema representativo no que se refere às candidaturas coligadas em eleições proporcionais. Se a quantidade de votos obtidos pelo candidato pode não ser decisiva para obtenção de cadeira no legislativo, as regras do sistema eleitoral acabam por inviabilizar o princípio igualitário da democracia. Como observou Lima Júnior (1993), a regra da proporcionalidade para ser democrática deve manter a relação entre a quantidade de votos e a quantidade de cadeiras que um determinado partido recebe. Para aprofundar a discussão, a base empírica deste trabalho permite análise das candidaturas coligadas e isoladas para apresentar o ponto nevrálgico do sistema representativo. A questão central chama atenção para o modelo permissivo de regras de alianças que traz consequências para o caráter igualitário e democrático do voto.

3. COLIGAÇÃO PARTIDÁRIA, FRAGMENTAÇÃO E SUCESSO ELEITORAL EM ÂMBITO MUNICIPAL

3.1 A opção por coligações partidária como regra e não exceção

O estabelecimento de coligação partidária em eleições proporcionais é a regra na maior parte dos municípios brasileiros. Na eleição de 2008, dos mais de 330 mil candidatos, aproximadamente 84% foram lançados por meio de partidos coligados. Esta estratégia é dominante e crescente, se comparada com a eleição anterior de 2004, visto que ocorreu um incremento na ordem de 6,44% de um período para o outro, apesar do número absoluto de candidatos ter diminuído (Tabela 1). No Brasil um dos principais fatores explicativos para tal comportamento partidário é ampliação das chances eleitorais dos partidos e suas estratégias para redução de custos.

TABELA 1 - NÚMERO DE CANDIDATURAS ISOLADAS E COLIGADAS

ANO	CANDIDATURAS				TOTAL
	ISOLADAS		COLIGADAS		
	N	%	N	%	
2004	81.586	23,55	264.831	76,45	346.417
2008	54.295	16,15	281.873	83,85	336.168

Fonte: TSE

Analisando-se a distribuição dos partidos políticos nas coligações, percebe-se que há uma grande variação no tamanho das composições. Nas eleições de 2004 e 2008 formaram-se coligações que variaram no tamanho da composição de dois até dezessete partidos diferentes. É de se supor, portanto, que os partidos optem pelo maior número possível de aliados no pleito eleitoral. Mas, de fato, o que se verifica é que a grande maioria das candidaturas é lançada por coligações de reduzido número de partidos, as quais em geral são compostas por dois ou três partidos (Tabela 2).

TABELA 2 - NÚMERO DE CANDIDATOS E TAMANHO DAS COLIGAÇÕES

NÚMERO DE PARTIDOS POR COLIGAÇÃO	2004			2008		
	N	%	% Acum	N	%	% Acum
2	140.167	52,93	52,93	124.685	44,23	44,23
3	71.317	26,93	79,86	77.864	27,62	71,85
4	31.190	11,78	91,64	41.766	14,82	86,67
5	13.624	5,14	96,78	20.131	7,14	93,81
6	4.919	1,86	98,64	9.663	3,43	97,24
7	2.260	0,85	99,49	4.283	1,52	98,76
8	781	0,29	99,78	1.691	0,6	99,36
9	335	0,13	99,91	964	0,34	99,7
10	176	0,07	99,98	534	0,19	99,89
11	62	0,02	100,00	163	0,06	99,95
12	-	-	-	63	0,02	99,97
13	-	-	-	49	0,02	99,99

14	-	-	-	-	-	-
15	-	-	-	17	0,01	100,00
	264.831	100	-	281.873	100	-

Fonte: TSE

A formação de coligação é uma estratégia usual no sistema político brasileiro que provoca vários campos de entendimento sobre as suas causas e efeitos. Conforme observaram Machado e Miguel (2008), as coligações além de servirem para ampliar as chances eleitorais, servem para que os partidos políticos busquem afinidades com determinados grupos e afastamento de outros. Não obstante, outra questão plausível que se coloca ao cenário das coligações é a possibilidade de se constituir independente de perfis partidários, sejam eles relacionados ao seu tamanho, ao seu tempo de existência ou mesmo ao seu espectro ideológico. Em relação a esta última característica, percebe-se que entre os partidos de direita e de centro mais de 80% das candidaturas são coligadas. Esse padrão se repete nos partidos de esquerda, com leves exceções. Destoam apenas o PCO e PSOL, e em menor escala o PSTU, que em 2004 teve uma quantidade baixíssima de candidaturas coligadas, revertendo o quadro em 2008, quando 66% de seus candidatos participaram de coligações (Tabela 3).³

TABELA 3 - CANDIDATURAS COLIGADAS POR PARTIDO E ESPECTRO IDEOLÓGICO

		2004			2008		
CAMPO IDEOLÓGICO	PARTIDO	CANDIDATURAS			CANDIDATURAS		
		TOTAL	COLIGADAS		TOTAL	COLIGADAS	
			N	%		N	%
ESQUERDA	PC do B	4.396	3.623	82,42	7.282	6.462	88,74
	PCB	440	345	78,41	689	501	72,71
	PCO	264	21	7,95	27	5	18,52
	PDT	21.443	16.749	78,11	21.973	18.703	85,12
	PHS	5.618	4.328	77,04	5.413	4.573	84,48
	PMN	6.387	5.106	79,94	6.176	4.889	79,16
	PPS	20.251	16.308	80,53	15.735	13.571	86,25
	PSB	16.030	12.883	80,37	19.242	16.960	88,14
	PSOL	-	-	-	2.661	1.105	41,53
	PSTU	442	11	2,49	227	150	66,08
	PT	34.649	23.457	67,70	30.662	23.696	77,28
	PT do B	4.394	3.560	81,02	4.707	3.912	83,11
	PV	10.592	8.012	75,64	13.370	10.987	82,18
	SUB-TOTAL	124.906	94.403	75,58	128.164	105.514	82,33
CENTRO	PMDB	37.862	28.357	74,90	37.502	31.445	83,85

³ O critério de classificação dos partidos quanto ao espectro ideológicos estão contido em Krause *at al*, 2010, p. 380-382

	PSDB	31.886	23.504	73,71	29.628	24.223	81,76
	SUB-TOTAL	69.748	51.861	74,35	67.130	55.668	82,93
DIREITA	DEM	-	-	-	24.657	20.790	84,32
	PAN	2.981	2.368	79,44	-	-	-
	PFL	30.901	23.473	75,96	-	-	-
	PL	24.072	19.070	79,22	-	-	-
	PP	26.333	20.040	76,10	24.217	20.264	83,68
	PR	-	-	-	19.419	17.030	87,70
	PRB	-	-	-	8.740	8.011	91,66
	PRONA	2.555	1.964	76,87	-	-	-
	PRP	5.904	4.988	84,49	5.240	4.675	89,22
	PRTB	4.093	3.285	80,26	3.934	3.354	85,26
	PSC	8.616	7.018	81,45	11.041	9.792	88,69
	PSDC	6.018	4.569	75,92	5.133	4.274	83,27
	PSL	6.394	5.152	80,58	6.371	5.508	86,45
	PTB	24.818	19.349	77,96	22.481	18.905	84,09
	PTC	4.798	3.847	80,18	4.912	4.166	84,81
	PTN	4.280	3.444	80,47	4.729	3.922	82,94
	SUB-TOTAL	151.763	118.567	78,13	140.874	120.691	85,67
	TOTAL	346.417	264.831	76,45	336.168	281.873	83,85

Fonte: TSE

Os dados das eleições de 2004 e 2008 corroboram este grande interesse dos partidos políticos em buscarem parcerias para disputas eleitorais, que em grande medida independe de características dos próprios partidos, localização geográficas, dentre outros. Isto porque aproximadamente das cinquenta e duas mil cadeiras ocupadas em cada um desses pleitos, mais de 80% saíram de candidaturas coligadas, o que demonstram bem a importância desse modelo institucional para maximizar o sucesso eleitoral. Daqueles que se lançaram por partidos isolados, a proporção de sucesso em 2008, por exemplo, não atingiu 12% (Tabela 4).

TABELA 4 - NÚMERO E PROPORÇÃO DE CANDIDATURAS E SUCESSO ELEITORAL

RESULTADO ELEITORAL	2004					2008				
	ISOLADA		COLIGADA		TOTAL	ISOLADA		COLIGADA		TOTAL
	N	%	N	%		N	%	N	%	
ELEITOS	9.025	17,41	42.816	82,59	51.841	6.038	11,64	45.857	88,36	51.895

Fonte: TSE

O sucesso eleitoral das candidaturas coligadas em grande parte é explicado pelo o modelo de distribuição de cadeiras que permite a união de partidos em eleições proporcionais e a divisão dos dividendos entre os mesmos. Nesse caso, literalmente, a união faz a força. Numericamente os candidatos coligados representam aproximadamente 80% do total, o que por si só já produz um volume maior de votos, os quais serão contabilizados na distribuição de cadeiras. Além disso, os partidos coligados inserem na disputa, a maior parte dos candidatos possuidores de alta densidade eleitoral. Estes além de se elegerem por conta própria, visto que suas votações superam o quociente eleitoral, terminam por transferir votos para os demais candidatos que fazem parte da coligação. Este aspecto é tido como negativo porque compromete a correspondência entre a força eleitoral de cada partido e a densidade de cadeiras legislativas. Isto é, permite que partidos que não atingiram o quociente eleitoral consigam representação. Em 2004, de 255 dos candidatos que se elegeram por conta própria, 80,44% eram coligados, e em 2008 essa proporção atingiu 89,90%. Esse quadro torna possível e bastante compreensivo o sucesso eleitoral dos candidatos coligados apresentado na tabela 4.

A despeito do sucesso eleitoral logrado pelas coligações partidárias, este modelo contribui para gerar distorções. Como observou Lima Júnior (1993) um sistema representativo é mais democrático quanto mais igualitário poder sê-lo. Neste caso, a representação proporcional se satisfaz quando qualquer partido alcança uma proporção de cadeiras igual à de votos. Observando a lógica das coligações, os estudos sobre sistema eleitoral brasileiro apontam dois tipos de distorções: a primeira diz respeito fragmentação partidária, e a segunda a eleição de candidatos com baixa quantidade de votos, o que pode afetar no limite a qualidade da representação. Estes dois aspectos serão visto nas sessões seguintes.

3.2 Fragmentação partidária nos legislativos municipais brasileiros

O debate sobre a existência de coligações eleitorais e o aumento da fragmentação partidária no Poder Legislativo é recorrente e controverso. Isto porque parte da literatura sugere que quão mais fragmentados forem os legislativos, maiores serão os problemas referentes à governabilidade (NICOLAU, 1996; LIMA JÚNIOR, 1993; MAINWARING, 2001). Por outro lado, há os que defendem que a fragmentação em grande medida seria o

espelho de uma realidade também fragmentada, e as coligações permitem sua reprodução no interior das casas legislativas (BRAGA, 2006).

O nível de fragmentação partidária no interior das Casas Legislativas pode ser medido pelo Número Efetivo de Partido (NEP) e pela taxa de fracionalização, que busca apontar o número de partidos presentes que sejam realmente relevantes.⁴ Esta última, por exemplo, possui uma escala que varia de 0 a 1, quanto mais próximo de zero, menor será a fragmentação, por outro lado, quanto mais próximo de um, maior será a fragmentação.

Para este estudo, ambas as taxas foram calculadas para as câmaras municipais de todos os municípios do país formadas nas eleições de 2004 e 2008. Os dados estão dispostos na tabela seguinte e representam a média dos cálculos feitos para os as câmaras de vereadores. Em média para os municípios brasileiros o número efetivo de partido para o ano de 2004 foi de 4,48, enquanto que a taxa de fracionalização de 0,750 para o mesmo ano. Percebe-se que esses números sofreram leves acréscimos na eleição seguinte. Na mesma tabela é possível verificar os mesmos cálculos para regiões do país e unidades federativas, possibilitando destacar diferenças entre as mesmas. O NEP e a taxa de fracionalização da Região Norte, para o ano de 2008, foram 5,29 e 0,794 respectivamente, enquanto que a região Sul apresentou no primeiro indicador 4,04 e 0,725. A diferença de uma região para outra, gira em torno de 30,94% no NEP e de 9,25% na taxa de fracionalização. Isto sugere que nas eleições municipais de 2008 as câmaras municipais da região Sul do país registraram menores níveis de fragmentação partidária.

TABELA 5 - NEP, FRACIONALIZAÇÃO E NÚMERO DE PARTIDOS NOMINAIS POR UNIDADES GEOGRÁFICAS⁵

UNIDADE GEOGRÁFICA	N	NEP		FRACIONALIZAÇÃO		NÚMERO DE PARTIDOS NOMINAIS	
		2004	2008	2004	2008	2004	2008
BRASIL	5561	4,48	4,70	0,750	0,762	5,35	5,62
NORTE	448	5,03	5,29	0,783	0,794	5,89	6,17
SUDESTE	1667	4,80	4,99	0,773	0,781	5,64	5,89

⁴ NEP é uma variável que indica grau de dispersão partidária no Legislativo, segundo a fórmula: $N = 1/\sum pe^2$, onde pe = percentual de cadeiras ocupadas por cada partido. A taxa de fracionalização é calculada por $N = 1 - \sum pe^2$ (LAAKSO E TEEGAPER, 1979).

⁵ Todos os cálculos dessa tabela refere-se às médias dos municípios contidos na respectiva unidade geográfica.

CENTRO-OESTE	465	4,46	4,80	0,758	0,772	5,36	5,70
NORDESTE	1792	4,40	4,70	0,738	0,758	5,34	5,66
SUL	1189	3,93	4,04	0,719	0,725	4,76	4,93
AP	16	5,46	6,19	0,795	0,828	6,38	7,00
AM	62	5,83	6,18	0,817	0,828	6,71	6,98
RR	15	5,88	6,02	0,819	0,823	6,67	7,00
ES	78	5,63	5,82	0,809	0,817	6,51	6,65
RO	52	5,49	5,76	0,806	0,818	6,23	6,56
RJ	92	5,44	5,72	0,800	0,807	6,42	6,80
MA	217	5,40	5,48	0,795	0,799	6,31	6,34
PA	143	5,08	5,22	0,790	0,795	5,91	6,11
SE	75	4,81	5,08	0,759	0,782	5,84	6,03
BA	417	4,52	5,05	0,752	0,780	5,37	5,99
AL	102	4,91	5,00	0,771	0,779	5,73	5,91
SP	645	4,82	4,98	0,776	0,783	5,69	5,93
AC	22	4,49	4,98	0,750	0,781	5,45	5,82
MT	141	4,69	4,90	0,771	0,778	5,65	5,81
PR	399	4,83	4,85	0,775	0,773	5,68	5,79
MG	853	4,64	4,84	0,765	0,774	5,43	5,68
PE	184	4,74	4,84	0,758	0,763	5,64	5,76
MS	78	4,56	4,82	0,767	0,778	5,45	5,78
GO	246	4,30	4,73	0,747	0,766	5,17	5,61
TO	138	4,37	4,67	0,752	0,765	5,29	5,59
CE	184	3,94	4,42	0,705	0,743	4,93	5,49
PI	223	4,08	4,33	0,719	0,743	5,13	5,38
RN	167	3,83	4,22	0,702	0,725	4,80	5,17
PB	223	3,70	3,89	0,689	0,704	4,68	4,87
SC	293	3,59	3,74	0,702	0,713	4,43	4,59
RS	496	3,41	3,57	0,685	0,694	4,22	4,43

Fonte: TSE

Além das regiões e unidades federativas, buscou-se verificar se estes indicadores de fragmentação são diferentes entre os distintos portes dos municípios. Descobriu-se que a fragmentação partidária, em média, se manifesta de forma mais intensa nos municípios de maior porte, o que não significa dizer que as maiores cidades individualmente possuam as maiores taxas. São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, em 2004 obtiveram, respectivamente, 6,71 e 8,01 em Número Efetivo de Partidos, enquanto Jaboatão dos Guararapes e Manaus atingiram as maiores taxas com 13,36 e 12,79.

TABELA 6 - NEP, FRACIONALIZAÇÃO E NÚMERO DE PARTIDOS NOMINAIS POR FAIXAS POPULACIONAIS DOS MUNICÍPIOS

FAIXA POPULACIONAL (2000)	NEP		FRACIONALIZAÇÃO		NÚMERO DE PARTIDOS NOMINAIS	
	2004	2008	2004	2008	2004	2008
Até 5 mil	3,83	4,06	0,710	0,724	5	5
Entre 5 e 10 mil	4,25	4,48	0,742	0,753	5	5
Entre 10 e 20 mil	4,54	4,80	0,756	0,772	5	6
Entre 20 e 50 mil	4,83	5,05	0,773	0,783	6	6
Entre 50 e 100 mil	5,34	5,51	0,798	0,806	6	7
Entre 100 e 500 mil	6,45	6,33	0,834	0,828	8	8
Acima de 500 mil	8,95	9,74	0,880	0,888	13	14

Fonte: TSE

Com o objetivo de verificar se de fato a presença de coligação partidária contribuiu para aumentar a fragmentação nas câmaras municipais brasileiras, buscou-se identificar municípios com e sem a presença dessas alianças eleitorais. Inicialmente, como esperado constatou-se que na grande maioria dos municípios, as candidaturas em eleições proporcionais de 2004 e 2008 foram tomadas pelas coligações. Não obstante, pôde-se constatar e identificar as candidaturas usando as seguintes categorias: municípios com candidaturas sem nenhum tipo de coligação; municípios com candidaturas coligadas e isoladas; e por último aqueles municípios em que todos os candidatos, sem exceção fazem parte de alguma aliança partidária eleitoral (Tabela 7).

TABELA 7 – MUNICÍPIOS COM INEXISTÊNCIAS DE COLIGAÇÕES, SEM CANDIDATURAS ISOLADAS E COM CANDIDATURAS ISOLADAS E COLIGADAS

MUNICÍPIO	ANO					
	2004			2008		
	N	%	% ACUM	N	%	% ACUM
INEXISTE COLIGAÇÃO	73	1,31	1,31	35	0,63	0,63
TODAS AS CANDIDATURAS COLIGADAS	1034	18,59	19,91	2557	45,98	46,61
CANDIDATURAS COLIGADAS E ISOLADAS	4454	80,09	100,00	2969	53,39	100,00
Total	5561	100,00		5561	100,00	

Fonte: TSE

O exercício de identificação acima permitiu isolar dois grupos de municípios: o primeiro onde existiram candidaturas coligadas e o segundo onde todo o universo de candidaturas foi lançado por meio de coligações. Isto permitiu um exercício comparativo, em que se buscou verificar se havia diferenças nos indicadores de fragmentação entre os dois grupos de municípios.

Percebe-se diferenças importantes entre os dois grupos de municípios, pois o NEP e a taxa de fracionalização são maiores naqueles municípios onde as coligações se fazem presentes na totalidade das candidaturas, em comparação com o outro grupo de municípios.⁶ Tomando-se como parâmetro a eleição de 2004, o NEP nos municípios que existem coligações supera o outro grupo em 25%. Desagregando-se apenas o grupo de municípios de até cinco mil habitantes essa diferença aumenta para 36% (Tabela 8). Isto sugere, portanto, que de fato as coligações partidárias contribuem para elevar o nível de fragmentação, principalmente, nos pequenos municípios. A associação entre existência de coligações, NEP e Fracionalização apresentou significância estatística ao nível de 1% nos testes de correlação (Mann-Whitney) para as duas eleições⁷.

TABELA 8 - NEP, FRACIONALIZAÇÃO, NÚMERO DE PARTIDOS NOMINAIS EM MUNICÍPIOS SEM NENHUM CANDIDATO COLIGADO E COM TODOS OS CANDIDATOS COLIGADOS POR FAIXA POPULACIONAL

FAIXA POPULACIONAL	MUNICÍPIOS/COLIGAÇÕES	NPE		FRACIONALIZAÇÃO		NÚMERO DE PARTIDOS NOMINAIS	
		2004	2008	2004	2008	2004	2008
ATÉ 5 MIL	INEXISTENTE	2,79	3,27	0,592	0,659	3	4
	EXISTENTES	3,81	4,14	0,714	0,731	5	5
DE 5 À 10 MIL	INEXISTENTE	3,55	3,68	0,706	0,724	4	5
	EXISTENTES	4,14	4,37	0,733	0,742	5	5
DE 10 À 20 MIL	INEXISTENTE	3,65	4,03	0,709	0,738	4	5
	EXISTENTES	4,43	4,69	0,747	0,761	5	6
Até 20 Mil	INEXISTENTE	3,35	3,66	0,662	0,700	4	4
	EXISTENTES	4,18	4,45	0,734	0,748	5	5

Fonte: TSE

Buscando aferir a relação de causalidade entre coligação partidária e fragmentação, medido neste trabalho pelo NEP e pela taxa de fracionalização, optou-se pelo uso do modelo de regressão linear simples, visto que estas últimas, utilizadas como variáveis dependentes são contínuas, bem com a inserção de duas variáveis de controle, o log da população para o ano de 2000 e a renda per capita referente aos anos das eleições.

⁶ Para o ano de 2004, 93% desses municípios localizavam-se na faixa populacional de até 20 mil habitantes, enquanto que em 2008 esse número é de 100%. No tocante ao tamanho numérico das câmaras de vereadores, a maior parte dos municípios que não houve candidaturas coligadas possuía apenas nove cadeiras. Houve apenas uma exceção na eleição de 2004.

⁷ A variável coligação partidária foi construída atribuindo-se zero para inexistência de coligação nos municípios e um para existência. O teste de correlação de Mann-Whitney é indicado para correlacionar variáveis binárias com contínuas, daí o seu uso.

O modelo apresentou-se estatisticamente significativo para explicar a variação dos indicadores de fragmentação em ambas as eleições (Tabela 9).

TABELA 9 - REGRESSÃO LINEAR SIMPLES

CÓ-VARIÁVEIS	2004				2008			
	NEP		FRACIONALIZAÇÃO		NEP		FRACIONALIZAÇÃO	
	B	E	B	E	B	E	B	E
Coligação	0,782**	0,415	0,072**	0,011	1,033**	0,244	0,083**	0,015
Log População – 2000	1,174**	0,156	0,066**	0,007	1,029**	0,071	0,059**	0,004
Renda per capita - 2004	1,542**	0,101	1,276**	0,000	-	-	-	-
Renda per capita - 2008	-	-	-	-	-5,480	0,000	1,052	0,000
Constante	-1,224*	0,415	0,399**	0,030	-0,462	0,353	0,440**	0,022
R2	0,367		0,328		0,295		0,287	

Fonte: TSE.

* $p < ,05$, ** $p < ,001$.

3.3. Coligação partidária e ampliação do sucesso eleitoral

Uma das distorções possíveis do desenho institucional do sistema eleitoral brasileiro, diz respeito à possibilidade de candidatos com baixa densidade eleitoral serem eleitos a partir da somatória dos votos dos seus correligionários. No entanto, a tarefa de classificar um candidato quanto a sua densidade eleitoral não é trivial. Isto porque é possível que candidatos com baixíssima densidade eleitoral sejam vitoriosos e outros com elevada quantidade de votos não sejam eleitos. De pronto não se pode dizer que por ter sido eleito alguém necessariamente possui boa densidade eleitoral. Necessita-se, portanto, de recursos metodológicos que estabeleça parâmetros rigorosos.

Neste trabalho optou-se pela construção de um índice que permitisse classificar o candidato quanto a sua densidade eleitoral. Inicialmente foi calculado o quociente eleitoral de todas as eleições municipais do país. A quantidade de votos atingidos por cada candidato foi dividida pelo quociente eleitoral de seu município. Com isto foi atribuído uma distância dos candidatos em relação ao quociente eleitoral, o que permitiu distribuí-los num contínuo. Quanto mais próximo de zero for à votação do candidato menor sua densidade eleitoral quanto mais distante maior. Nas eleições de 2004 essa variação ocorreu de 0% a 284% com média de 13,75% e em 2008 de 0% a 226%, e, média de 14,17%, conforme pode ser visto na tabela abaixo.

TABELA 10 – ESTATÍSTICAS DESCRITIVA DA DISTÂNCIA DAS VOTAÇÕES OBTIDAS POR VEREADORES E A DISTÂNCIA EM RELAÇÃO AO QUOCIENTE ELEITORAL POR TIPO DE CANDIDATURA

ANO	CANDIDATURAS	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
2004	TODAS	344.838	0,00	283,87	13,75	15,86
	ISOLADAS	81.236	0,00	283,87	11,20	14,54
	ISOLADAS ELEITAS	8.980	0,00	283,87	41,06	17,19
	COLIGADAS	263.602	0,00	277,49	14,54	16,17
	COLIGADAS ELEITAS	42.606	6,31	277,49	41,91	17,09
2008	TODAS	336.076	0,00	226,00	14,18	16,65
	ISOLADAS	54.285	0,00	175,00	11,30	14,91
	ISOLADAS ELEITAS	6.036	0,00	175,00	42,13	16,95
	COLIGADAS	281.791	0,00	226,00	14,73	16,91
	COLIGADAS ELEITAS	45.850	0,00	226,00	43,62	17,45

Fonte: TSE

Descoberto a distância das votações, em relação ao quociente eleitoral, passou-se a categorizar por faixas. Com isso foi possível separar as candidaturas por categorias. Verifica-se que 2,23% de todos os candidatos não obtiveram votos. A maioria dos candidatos não obteve votação superior a 10% do quociente eleitoral. Na outra ponta estão os candidatos com alta densidade eleitoral, os quais somaram em 2004 um total de 374, e em 2008 atingiram 433. Isto significa que uma diminuta fração dos candidatos consegue eleger-se por méritos próprios, e a grande maioria depende quociente partidário.

TABELA 11 - DISTRIBUIÇÃO DAS CANDIDATURAS POR FAIXA EM RELAÇÃO AO QE

FAIXAS	2004			2008		
	N	% VÁLIDA	% ACUMULADA	N	% VÁLIDA	% ACUMULADA
=0%	7.674	2,23	2,23	14.553	4,33	4,33
>0% - <=10%	189.153	54,85	57,08	176.636	52,56	56,89
>10% - <=20%	62.896	18,24	75,32	58.024	17,27	74,15
>20% - <=30%	36.046	10,45	85,77	34.882	10,38	84,53
>30% - <=40%	21.942	6,36	92,13	22.189	6,60	91,14
>40% - <=50%	12.976	3,76	95,90	13.941	4,15	95,28
>50% - <=60%	7.275	2,11	98,01	8.003	2,38	97,66
>60% - <=70%	3.708	1,08	99,08	4.180	1,24	98,91
>70% - <=80%	1.712	0,50	99,58	1.962	0,58	99,49
>80% - <=90%	765	0,22	99,80	857	0,26	99,75
>90% - <=100%	374	0,11	99,91	433	0,13	99,88
>100%	317	0,09	100,00	416	0,12	100,00
Total	344.838	100		336.076	100,00	

Fonte: TSE

Na tabela seguinte é possível verificar a filiação partidária dos candidatos com alta densidade eleitoral, que em geral se concentram nos grandes partidos. Em 2004, por exemplo, 73,50% concentravam-se em apenas cinco partidos. No entanto, há pequenos partidos com candidatos com tal perfil, e que inclusive de uma eleição para outra tem apresentado crescimento. Destaque-se que a maioria dos candidatos com alta densidade eleitoral participa de coligações, sobretudo, entre os pequenos partidos políticos, embora estes possuindo número reduzido.⁸

Tabela 12 – CANDIDATOS COM ALTA DENSIDADE ELEITORAL POR PARTIDO

2004					2008				
PARTIDO	CANDIDATOS		CANDIDATOS COLIGADOS		PARTIDO	CANDIDATOS		CANDIDATOS COLIGADOS	
	N	% DO TOTAL	N	%		N	% DO TOTAL	N	%
PFL	57	17,98	39	68,42	PMDB	76	18,27	67	88,16
PMDB	54	17,03	44	81,48	PP	61	14,66	51	83,61
PP	44	13,88	37	84,09	PSDB	44	10,58	38	86,36
PSDB	42	13,25	35	83,33	PTB	42	10,10	40	95,24
PTB	36	11,36	25	69,44	DEM	36	8,65	30	83,33
PDT	21	6,62	19	90,48	PDT	35	8,41	34	97,14
PPS	20	6,31	20	100,00	PR	35	8,41	35	100,00
PL	17	5,36	16	94,12	PSB	28	6,73	28	100,00
PSB	12	3,79	10	83,33	PT	19	4,57	16	84,21
PT	7	2,21	5	71,43	PPS	9	2,16	7	77,78
PV	2	0,63	0	0,00	PSC	6	1,44	5	83,33
PC do B	1	0,32	1	100,00	PC do B	5	1,20	5	100,00
PMN	1	0,32	1	100,00	PMN	4	0,96	4	100,00
PSC	1	0,32	1	100,00	PTC	4	0,96	4	100,00
PSL	1	0,32	1	100,00	PSL	3	0,72	3	100,00
PTC	1	0,32	1	100,00	PV	3	0,72	2	66,67
					PRP	2	0,48	2	100,00
					PTN	2	0,48	2	100,00
					PSDC	1	0,24	1	100,00
					PSOL	1	0,24	0	0,00
TOTAL	317	100,00	255	80,44	TOTAL	416	100,00	374	89,90

Fonte: TSE

Uma das justificativas utilizada pelos defensores da manutenção das coligações partidárias em eleições proporcionais no Brasil diz respeito à redução de participação de partidos pequenos, dentre eles os históricos, nos parlamentos. Os dados para as eleições de 2008 sugerem que de fato isto pode ocorrer. Aproximadamente 30% dos eleitos do PC

⁸ Nesse trabalho o tamanho dos partidos foi classificado pela proporção de votos em relação ao total global obtidos por todos os partidos na eleição de 2008. Aqueles que obtiveram mais de 7% dos votos foram considerados grandes. De 4% à 6,99%, médios. E aqueles com percentagem inferior a 3,99%, pequenos.

do B, por exemplo, não atingiram 30% do quociente eleitoral. Quando se analisa os partidos de médio porte, percebe-se que os eleitos nessa faixa são em menor número, havendo, a exemplo do PDT (23,15%). Já no PMDB, apenas 16,33% figuram nessa faixa. Na tabela abaixo é possível analisar o desempenho dos partidos faixa a faixa.

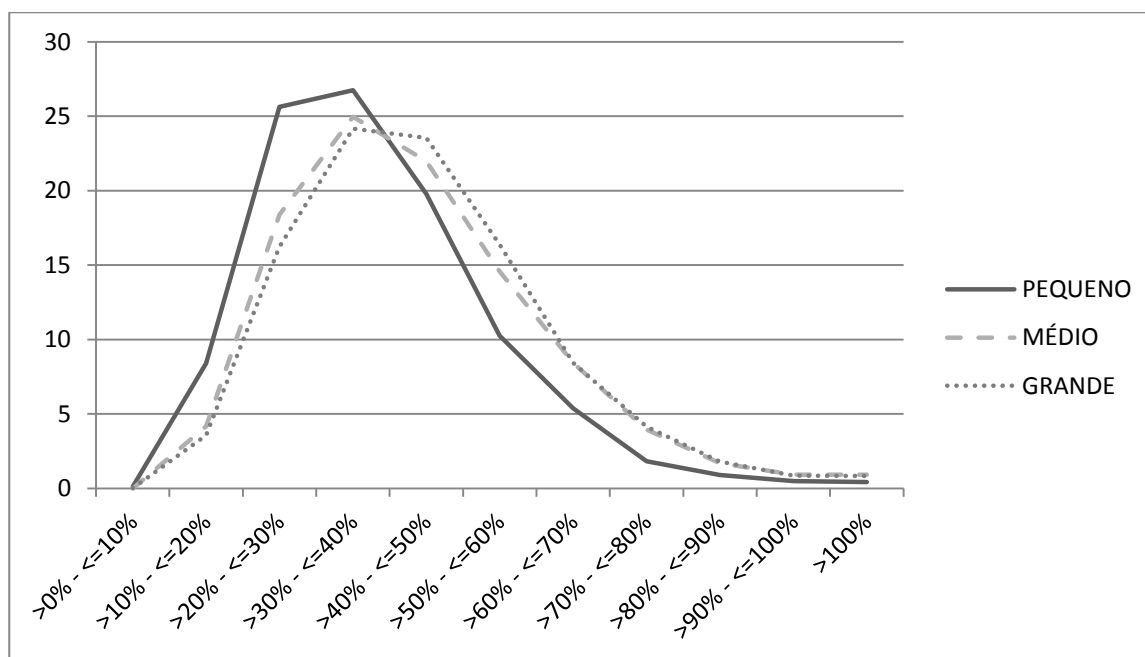
TABELA 13 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ELEITOS POR TAMANHO DO PARTIDO, PARTIDO E POR FAIXAS EM RELAÇÃO DISTÂNCIA DO QUOCIENTE ELEITORAL - 2008

TAMANHO	PARTIDO	>0% - ≤10%	>10% - ≤20%	>20% - ≤30%	>30% - ≤40%	>40% - ≤50%	>50% - ≤60%	>60% - ≤70%	>70% - ≤80%	>80% - ≤90%	>90% - ≤100%	>100%	
PEQUENO	PC do B	0,33	6,74	22,70	24,34	20,89	14,31	5,92	2,14	1,48	0,33	0,82	100
	PCB			15,38	30,77	23,08	23,08	7,69					100
	PHS	0,28	7,39	22,44	26,99	20,17	12,22	5,97	1,99	1,42	0,85		100
	PMN	0,17	8,31	25,42	22,03	21,86	10,34	7,97	2,20	0,51	0,51	0,68	100
	PRB	0,26	8,97	23,33	25,90	21,54	11,28	5,90	1,28	0,77	0,77		100
	PRP		6,68	25,65	22,84	20,69	12,72	5,82	3,45	1,08	0,65	0,43	100
	PRTB	0,38	10,34	21,84	27,97	21,07	7,28	7,28	2,68	0,77	0,38		100
	PSC		8,38	24,72	29,61	19,21	9,52	4,63	1,75	0,79	0,87	0,52	100
	PSDC		9,38	29,83	26,42	17,05	9,38	4,26	1,42	1,42	0,57	0,28	100
	PSL	0,2	7,88	26,54	29,62	20,77	7,88	4,62	1,15	0,58	0,19	0,58	100
	PSOL	4,0	16,00	36,00	12,00	8,00	16,00	4,00				4,00	100
	PT do B		10,3	28,9	26,1	18,8	7,6	5,5	1,2	1,2	0,3		100
	PTC		7,9	24,8	29,0	20,2	10,9	3,6	1,2	1,2		1,2	100
	PTN		8,1	26,3	27,5	21,6	10,0	4,7	0,9	0,3		0,6	100
	PV	0,08	9,06	28,72	27,67	17,07	8,98	4,77	2,10	0,89	0,32	0,24	100
Total		0,14	8,41	25,63	26,74	19,77	10,25	5,38	1,83	0,91	0,49	0,42	100
MÉDIO	PDT		4,34	18,81	25,70	21,73	13,93	8,03	3,60	1,84	1,02	0,99	100
	PPS	0,09	6,03	22,09	26,77	20,88	12,25	6,45	3,02	1,44	0,56	0,42	100
	PR		3,76	17,11	25,62	22,48	14,96	8,94	3,73	1,70	0,71	0,99	100
	PSB		4,37	16,93	22,79	21,37	15,78	9,85	4,71	1,93	1,32	0,95	100
	PTB		3,23	18,25	24,28	22,78	15,19	8,30	4,40	1,55	0,94	1,07	100
Total		0,01	4,17	18,39	24,95	21,97	14,58	8,42	3,95	1,70	0,93	0,93	100
GRANDE	DEM		3,44	15,24	24,86	23,64	16,22	8,50	4,16	2,19	1,00	0,75	100
	PMDB	0,02	2,51	13,80	23,62	24,80	17,64	9,52	4,38	1,82	0,99	0,90	100
	PP	0,02	2,85	14,46	22,34	23,96	17,75	9,52	4,88	1,99	1,05	1,19	100
	PSDB	0,02	3,17	17,15	25,55	23,80	15,37	7,58	4,19	1,73	0,70	0,75	100
	PT	0,07	7,33	23,20	24,72	19,94	13,84	6,01	2,79	1,15	0,50	0,46	100
Total		0,02	3,57	16,23	24,16	23,53	16,39	8,43	4,16	1,80	0,87	0,83	100

Fonte: TSE

Na média, os partidos pequenos proporcionalmente, apresentam número superior aos médios e grandes partidos nas faixas mais baixas. No gráfico 1 é possível acompanhar esse padrão. A linha dos partidos menores é superior às demais até a quarta faixa, havendo inversão nos demais, permanecendo assim até o final.

Gráfico 1 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO SUCESSO ELEITORAL DOS PARTIDOS POR TAMANHO E POR FAIXA EM RELAÇÃO À DISTÂNCIA DO QE



Fonte: TSE

Na tabela 14 estão dispostos os resultados das eleições de 2004 e 2008 por situação. Um primeiro dado é que aproximadamente 70% dos eleitos possuem menos da metade dos votos que compõe o quociente eleitoral. Apenas 7% dos eleitos atingem número superior 70% do mesmo quociente.

TABELA 14 - DISTRIBUIÇÃO DAS CANDIDATURAS POR DECIS E SITUAÇÃO

FAIXAS	2004				2008			
	NÃO ELEITOS/SUPLENTE		ELEITOS		NÃO ELEITOS/SUPLENTE		ELEITOS	
	N	%	N	%	N	%	N	%
>0% - <=10%	189.126	99,99	27,00	0,01	176137	99,99	19	0,01
>10% - <=20%	59.784	95,05	3.112,00	4,95	55607	96,02	2304	3,98
>20% - <=30%	25.644	71,14	10.402,00	28,86	25357	72,83	9459	27,17
>30% - <=40%	8.830	40,24	13.112,00	59,76	9298	41,98	12851	58,02
>40% - <=50%	1.942	14,97	11.034,00	85,03	2235	16,06	11683	83,94
>50% - <=60%	251	3,45	7.024,00	96,55	228	2,85	7764	97,15
>60% - <=70%	24	0,65	3.684,00	99,35	29	0,69	4149	99,31
>70% - <=80%	4	0,23	1.708	99,77	7	0,36	1954	99,64

>80% - <=90%	0	-	765	100,00	4	0,47	852	99,53
>90% - <=100%	0	-	374	100,00	0	0,00	433	100,00
>100%	0	-	317	100,00	0	0,00	416	100,00

Fonte: TSE

Os dados da tabela anterior foram desagregados por tipo de candidaturas qual seja: isoladas ou coligadas. Destacaram-se apenas as candidaturas vitoriosas, permitindo com isso quantificar diferenças entre os dois grupos. Como esperado, percebe-se que as candidaturas coligadas dominam proporcionalmente o número de cadeiras, não apresentando diferenças importantes, inclusive, entre as faixas. É possível, a partir do padrão apresentado, afirmar que independente da densidade eleitoral dos candidatos, suas chances são maiores quando coligados.

TABELA 15 - PROPORÇÃO DE ELEITOS ENTRE CANDIDATURAS ISOLADAS E COLIGADAS PARA O UNIVERSO DOS MUNICÍPIOS

DECIS	2004				2008			
	TOTAL DE ELEITOS	ISOLADA	COLIGADAS		TOTAL DE ELEITOS	ISOLADA	COLIGADAS	
>0% - <=10%	27	3,70	96,30	100,00	19	36,84	63,16	100,00
>10% - <=20%	3.112	16,32	83,68	100,00	2.304	12,80	87,20	100,00
>20% - <=30%	10.402	18,15	81,85	100,00	9.459	12,39	87,61	100,00
>30% - <=40%	13.112	18,93	81,07	100,00	12.851	12,54	87,46	100,00
>40% - <=50%	11.034	16,80	83,20	100,00	11.683	11,35	88,65	100,00
>50% - <=60%	7.024	15,73	84,27	100,00	7.764	10,59	89,41	100,00
>60% - <=70%	3.684	16,12	83,88	100,00	4.149	10,58	89,42	100,00
>70% - <=80%	1.708	16,51	83,49	100,00	1.954	10,39	89,61	100,00
>80% - <=90%	765	15,82	84,18	100,00	852	8,69	91,31	100,00
>90% - <=100%	374	14,97	85,03	100,00	433	10,16	89,84	100,00
>100%	317	19,56	80,44	100,00	416	10,10	89,90	100,00
>0% - <=10%	51.559				51.884			

Fonte: TSE

Em grande medida os dados da tabela anterior são influenciados pelo volume de candidatos que optam por disputar o pleito eleitoral coligados. Se há mais candidatos nesse grupo é de se esperar que haja maior número de vitoriosos.

Para minimizar a influência desse quadro, optou-se neste trabalho por escolher municípios onde o número de candidatos isolados e coligados fosse aproximado, para a partir daí verificar se o padrão se repete, ou seja, se as coligações de fato exercem grande impacto no sucesso eleitoral dos candidatos ou não, especialmente, entre aqueles com baixa densidade eleitoral.

É possível afirmar a partir dos dados da tabela 16, que mesmo em municípios em que haja certa homogeneidade numérica entre candidaturas isoladas e coligadas, o que

predomina em termos de sucesso eleitoral são aquelas lançadas por meio de aliança partidária, repetindo-se, portanto, o padrão para todos os municípios do país.

TABELA 16 - PROPORÇÃO DE ELEITOS ENTRE CANDIDATURAS ISOLADAS E COLIGADAS PARA AMOSTRA DOS MUNICÍPIOS⁹

DECIS	CANDIDATURAS – 2004						CANDIDATURAS - 2008					
	TOTAL DE ELEITOS		ISOLADOS		COLIGADOS		TOTAL DE ELEITOS		ISOLADOS		COLIGADOS	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
>0% - <=10%	-	-	0	-	0	-	-	-	-	-	-	-
>10% - <=20%	110	26	23,64	84	76,36	84	1	1,19	83,00	98,81		
>20% - <=30%	474	123	25,95	351	74,05	414	21	5,07	393	94,93		
>30% - <=40%	714	174	24,37	540	75,63	520	31	5,96	489	94,04		
>40% - <=50%	624	135	21,63	489	78,37	531	22	4,14	509	95,86		
>50% - <=60%	377	90	23,87	287	76,13	290	10	3,45	280	96,55		
>60% - <=70%	238	58	24,37	180	75,63	139	5	3,60	134	96,40		
>70% - <=80%	97	25	25,77	72	74,23	52	-	-	52	100,00		
>80% - <=90%	45	12	26,67	33	73,33	35	-	-	35	100,00		
>90% - <=100%	24	3	12,50	21	87,50	11	-	-	11	100,00		
>100%	13	4	30,77	9	69,23	9	-	-	9	100,00		

Fonte: TSE

Para avançar a análise acerca dos condicionantes que explicam o sucesso eleitoral das candidaturas, construiu-se modelos de regressão logística binomial, considerando a razão da variável dependente que varia entre 0 = não eleito e 1 = eleito (Tabelas 17 e 18). Como variáveis explicativas, entraram no modelo a *dummy* coligação que varia entre 0 = não coligado e 1 = coligado, o log da população e a Renda per capita do município. Esse é um teste estatístico que permite analisar muitas situações de dados que envolvem predições de impacto em valores que variáveis independentes produzem sobre uma variável dependente categórica *dummy*. Isso significa que um teste realizado, a partir de observações feitas, pode prever o quanto uma determinada variável independente pode ter tido impacto sobre a variável dependente, observando uma relação entre os valores do exponencial Beta, $\text{Exp}(B)$ e o Beta B, quando houver significância estatística em relação de causalidade entre uma variável independente e uma dependente. Pode-se dizer que uma regressão logística permite explicar o efeito que cada variável independente tem sobre a variável dependente dicotômica. Porém, o modelo permite uma maior acurácia

⁹ Visando homogeneizar o número de candidatos isolados e coligados para fins comparativos, sendo necessário, portanto, da desproporção entre os dois grupos, adotou-se dois critérios de inclusão: no primeiro os números de candidatos isolados e coligados necessariamente devem ser iguais, independente do número total de candidatos (2004 = 40 casos; 2008 = 14 casos). No segundo critério que os municípios escolhidos deveriam ter no mínimo cinquenta candidatos, e a diferença entre isolados e coligados foi limitado em 20% para ambos (2004 = 173 casos; 2008 = 76 casos).

preditiva quando levado em conta o conjunto de preditores, isto é, um número elevado de variáveis independentes sem significância estatística implica na redução explicativa do modelo.

Desse modo, apresenta-se três modelos para cada eleição, os quais estão estratificados pela faixa de votos recebidos e distribuídos por faixa em relação a distância do quociente eleitoral. Pode-se observar no geral que a variável coligação teve impacto significativo no sucesso eleitoral do candidato. Todavia, algumas observações devem ser feitas para explicar o impacto da coligação no sucesso eleitoral de candidatos com baixa votação. Nas eleições de 2004, o dado curioso a este respeito encontra-se no modelo 2, que apresenta candidatos com votação na faixa $= >0\% - \leq 10\%$ do quociente eleitoral, a variável coligação apresenta o valor do EXP(B) 8,9, isto quer dizer, um candidato coligado, nessa faixa de votação, teve quase nove vezes a chance de ser eleito do que os demais. Isto explica o quanto a coligação teve impacto no sucesso eleitoral de candidatos com baixa votação. Já observando, as eleições de 2008 há redução desse impacto. O modelo 1 - todos os candidatos – apresenta a variável coligação com o valor do EXP(B) 1,5, neste caso, os candidatos coligados tiveram quase duas vezes a chance de sucesso eleitoral do que os candidatos isolados. Quando passe-se a observar a faixa de votação do candidato em relação ao quociente eleitoral, o modelo 3 indica que os candidatos coligados na faixa de votos $= >10\% - \leq 20\%$ apresentaram EXP(B) 1,3 de chance de sucesso eleitoral. Os resultados das regressões revelam um achado importante para entender o impacto das coligações nas eleições municipais, há redução dos custos e maximização de benefícios para candidatos coligados, uma vez que, é significativo o impacto da coligação nos eleitos com baixa votação. Neste sentido, a pesquisa apresenta algumas questões que podem servir como especulações para novos tratamentos e análise de dados.

TABELA 17 - REGRESSÃO LOGÍSTICA BINÁRIA - COLIGAÇÃO E SUCESSO ELEITORAL 2004

CÓ-VARIÁVEIS	SUCESSO ELEITORAL – 2004											
	MODELO 1			MODELO 2			MODELO 3			MODELO 4		
	TODOS			$= >0\% - \leq 10\%$			$= >10\% - \leq 20\%$			$= >20\% - \leq 30\%$		
	B	E	EXP(B)	B	E	EXP(B)	B	E	EXP(B)	B	E	EXP(B)
COLIGAÇÃO	0,453**	0,013	1,573	2,191*	1,021	8,948	0,256**	0,051	1,292	0,040	0,032	1,041
LOG DA POPULAÇÃO - 2000	-0,968**	0,009	0,380	0,664**	0,256	1,942	1,238**	0,028	3,448	1,503**	0,026	4,494

RENDA PER CAPITA - 2004	0,000**	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000	0,000**	0,000	1,000
CONSTANTE	2,080**	0,040	8,001	-14,102**	1,664	0,000	-8,710**	0,139	0,000	-7,314**	0,112	0,001
chi2	0,000			0,000			0,000			0,000		
Log likelihood	274803,75			516,050			22786,879			38795,211		
Cox & Snell R2	0,042			0,000			0,030			0,111		
Nagelkerke R2	0,073			0,030			0,093			0,159		
N	342.517			188.439			62.482			35.716		

Fonte: TSE

TABELA 18 - REGRESSÃO LOGÍSTICA BINÁRIA - COLIGAÇÃO E SUCESSO ELEITORAL 2008

SUCESSO ELEITORAL – 2008												
CÓ-VARIÁVEIS	MODELO 1			MODELO 2			MODELO 3			MODELO 4		
	TODOS			=>0% - <=10%			=>10% - <=20%			=>20% - <=30%		
	B	E	EXP(B)	B	E	EXP(B)	B	E	EXP(B)	B	E	EXP(B)
COLIGAÇÃO	0,373**	0,015	1,452	-0,340	0,509	0,712	0,278**	0,067	1,321	0,098**	0,039	1,103
LOG DA POPULAÇÃO - 2000	-0,940**	0,009	0,391	1,635**	0,345	5,127	1,294**	0,032	3,649	1,422**	0,026	4,145
RENDA PER CAPITA - 2008	0,000**	0,000	1,000	0,000**	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000	0,000**	0,000	1,000
CONSTANTE	2,067**	0,040	7,903	-16,618	1,853	0,000	-9,259**	0,170	0,000	-7,138**	0,113	0,001
chi2	0,000											
Log likelihood	270313,214			353,401			17644,375			36572,577		
Cox & Snell R2	0,043			0,000			0,028			0,106		
Nagelkerke R2	0,075			0,082			0,099			0,154		
N	328.427			175.389			57.490			34.523		

Fonte: TSE

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação teórica referente à fragmentação partidária e eleições de candidatos com baixa densidade eleitoral nos legislativos brasileiros, possibilitado, sobretudo, pelo desenho institucional do sistema eleitoral, de fato encontra respaldo empírico nesse trabalho, especificamente, no tocante às câmaras municipais.

Verificou-se que a opção pelas coligações partidárias no Brasil é a regra e não a exceção, pois na grande maioria dos municípios tal prática é corrente, e o número de candidaturas por meio de alianças supera os 80% (2008). Esta opção se manifesta em todos os partidos independentemente do seu espectro ideológico ou porte. Isto porque, as chances de sucesso eleitoral são consideráveis se comparados com aqueles que se lançam

isoladamente. Em 2008, por exemplo, o número de cadeiras conseguidas por aqueles coligados superou 88%.

Lendo-se as faixas de votações dos candidatos separados por grupos, percebe-se que o grupo de coligados supera com grande margem o de não coligados. Ressalte-se que na base estão os que possuem baixa densidade eleitoral, que são alavancados por suas coligações. Ou seja, há um número considerável de vereadores no Brasil, que dificilmente seriam eleitos sem a ajuda do quociente partidário, que é utilizado para definir se um partido tem ou não direito a cadeiras, e que são incrementados pela formação de coligações. Também entra nesse grupo de beneficiados aqueles advindos de pequenas agremiações partidárias. Nestes casos, os partidos importam e as coligações ainda mais.

Além dos desdobramentos eleitorais, o estudo permitiu mostrar que as coligações contribuem para fragmentação partidária, medidos nesse trabalho pelo Número Efetivo de Partidos e pela taxa de fracionalização. Ou seja, de um lado, as coligações diminuem custos de transação e aumenta as chances eleitorais, por outro pode aumentar os custos na arena legislativa no tocante a garantia da governabilidade.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Maria do Socorro. Dinâmica de coordenação eleitoral em regime presidencialista e federativo: determinantes e consequências das coligações partidárias no Brasil. In: Soares, Gláucio Ary Dillon e RENNÓ, Lucio R.(Orgs.) Reforma Política: lições da história recente. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e Partidos Políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. Opinião Pública, v. 12, n.1, Abril/Maio, 2006, p. 136-163.

CARREIRÃO, Yan Souza e NASCIMENTO, Fernanda Paula do. As coligações nas eleições para o Senado brasileiro (1990/2006). In: KRAUSE, Susana *at allii* (Orgs). Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

DOWNS, Anthony. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: Edusp, 1999.

KRAUSE, Susana *at al* (Orgs). Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

KRAUSE, Susana e GODOI, Pedro Paulo Alves. Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências. In: KRAUSE, Susana *at ali* (Orgs). Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

LAAKSO, Markko e TEEGAPER, Rein. Effective Number of Parties: A Measure with Applications to West Europe, **Comparative Political Studies**, 12, n.1 abril, 1979.

LAVAREDA, Antônio. A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: IUPERJ/ Rio Fundo, 1991.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. Democracia e Instituições Políticas no Brasil nos anos 80. São Paulo: Loyola, 1993.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. Os Partidos políticos brasileiros. A experiência federal e regional 1945-1964. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.

MACHADO, Carlos. M. M. e MIGUEL, Luis Felipe. Coerência, coesão e consistência: uma proposta de tipologia para coligações municipais. In: 6º ENCONTRO DA ABCP, Campinas: Unicamp, 2008.

MAINWARING, S. Sistemas Partidários em novas democracias. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

NICOLAU, Jairo Marcondes. Multipartidarismo e Democracia: um estudo sobre o sistema multipartidário brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

PEIXOTO, Vitor de Moraes. Coligações nos municípios brasileiros: competição e estratégias. In: KRAUSE, Susana *at allii* (Orgs). Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Velhos e novos companheiros: coligações eleitorais nos municípios do “G79” (1996-2008). In KRAUSE, Susana *at allii* (Orgs). Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 17, julho 1964.